

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XVII - N.º 11 / 2016

14 de junho de 2016



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 14 de junho de 2016

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

11.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 01 de junho de 2016

	Página
Voto de Pesar “Pelo falecimento de Rui Boaventura”	7
Atas das reuniões de Câmara	7
5.ª Alteração Orçamental de 2016 - Extraordinária, 6.ª Modificação Orçamental,	8
Novo Regulamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau do Município de Odivelas	8
Procedimento concursal para cargos de Direção Intermédia de 2.º grau	8
Procedimento concursal para à celebração de contrato de trabalho em funções públicas	9
Concurso Público para a formação de Contrato de Concessão da Gestão e Exploração do Centro Cultural da Malaposta	9
Relatório de acompanhamento e avaliação da operação de reabilitação urbana da ARU (Área de Reabilitação Urbana) da Vertente Sul do Concelho de Odivelas	9
Alteração aos Acordos de Execução e Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho de Odivelas	9
Indeferimento da reclamação apresentada à minuta de Contrato do Lote 1, CP 42500/DL/2015	10
Adjudicação da empreitada denominada “Substituição da Conduta elevatória Amoreira/ZB - Caneças/ZB”, CP 22/2015	10
Adjudicação da empreitada denominada “Telegestão do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água da Zona Norte - 3ª Fase”, CP 29/2015	10
Autorização prévia genérica para o desenvolvimento das parcerias a realizar no Setor de Bibliotecas com entidades externas	11
Doação de pinturas dos artistas David Levy Lima e Miguelevy ao Município de Odivelas	11
Cedência de transporte municipal à Obra da Imaculada Conceição e Santo António (Obra Padre Abel)	12
Alteração ao alvará de Loteamento n.º 5/2007, para os Lotes 218 e 219, inseridos no Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	12



	Página
UNIDADES ORGÂNICAS	
DESPACHOS	
Presidência	12
Vereação	12
Outros Despachos	13
EDITAIS	14
AVISOS	15
DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA	21
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
8.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 31 de maio de 2016	
“Regulamento Geral de Alienação de Fogos Municipais do Município de Odivelas”	31
Abertura dos procedimentos concursais para os cargos de Direção Intermédia de 1.º grau e de 2º grau	31
Autorização de despesa plurianual tendo em vista a Aquisição de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança em Instalações de Administração Direta e Indireta do Município de Odivelas	32
Autorização de despesa plurianual tendo em vista a Aquisição de Prestação de Serviços de Limpeza e Fornecimento de Consumíveis de Higiene e Limpeza nas Instalações do Município de Odivelas	32
Prorrogação da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul (ARU-VS) e respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana	32
“Plano Local de Habitação do Concelho de Odivelas”	33
Atas da Assembleia Municipal de Odivelas	34
ANEXO	
Regulamento Geral de Alienação de Fogos Municipais do Município de Odivelas	35



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

11.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 01 de junho de 2016

DELIBERAÇÕES

VOTO DE PESAR

“PELO FALECIMENTO DE RUI BOAVENTURA

Sétimo dia

“Voltámos, um a um, da tua morte para a nossa vida como quem regressa a casa de uma longa viagem. Para trás ficaram recordações, países, e agora é como se te tivéssemos sonhado.

A voz que, diante da escuridão, suspendemos quando se desmoronou o mundo para o fundo de ti erguemo-la de novo para os afazeres diurnos e para as horas comuns.

Ainda ontem estávamos sozinhos diante do Horror e já somos reais outra vez!
A própria dor adormeceu no nosso colo como um animal de companhia.”

Manuel António Pina

A morte do Doutor Rui Boaventura é uma perda irreparável para o Município de Odivelas.

Desde 2003 que o Rui Boaventura dedicou a Odivelas parte muito substantiva da sua vida pessoal e académica, trabalhando no terreno, liderando equipas de estudantes e arqueólogos e produzindo investigação aprofundada sobre a sua enorme paixão de sempre: a Arqueologia.

Académico e profissional rigoroso e exemplar, chegou a Odivelas com a aura de “gajo com mau feitio”. Nada mais falso, como veio a provar os muitos anos que esteve connosco. Afável, simpático, brincalhão, por vezes verrinoso é certo, mas com o coração maior que todas as antas que estudou.

Fica, naturalmente ligado à sua equipa, a DCTPCB que não deixará no futuro de lembrar a vida e obra do Arqueólogo Rui Boaventura e, evidentemente, de divulgar os textos e artigos que nos legou.

Particular e pessoalmente deixa excelentes memórias e muitas saudades ao Setor do Património Cultural, onde para além do bom ambiente de trabalho que propiciou, defendeu sempre a sua “dama”, as suas ideias e os seus ideais.

À família manifestamos a nossa solidariedade pela dor causada por esta tão grande perda.

Terminamos com a frase que terminava o seu correio eletrónico. Que julgamos ser a sua “quinta-essência”.

"The ideals which have always shone before me and filled me with the joy of living are goodness, beauty, and truth."

Albert Einstein

A Câmara Municipal de Odivelas

(Aprovado por unanimidade)

Odivelas, 01 de junho de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

(Aprovado por unanimidade)

ATAS

ATA DA 23.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2011 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 23.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 20 de dezembro de 2011.

(Aprovado por maioria)

ATA DA 5.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Ata da 5.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 7 de março de 2012.

(Aprovado por maioria)



**ATA DA 7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 7.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 4 de abril de 2012.

(Aprovado por maioria)

**ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Ata da 9.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 2 de maio de 2012.

(Aprovado por maioria)

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

**6.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL
5.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE 2016 - EXTRAORDINÁRIA**

5.ª Alteração Orçamental de 2016 - Extraordinária, 6.ª Modificação Orçamental, nos termos dos Mapas anexos à informação n.º Interno/2016/5261, de 2016.05.25 e que farão parte integrante da ata da presente reunião, de acordo com o proposto na referida informação.

“5.ª Alteração Orçamental de 2016, reveste-se de carácter extraordinário e reproduz a necessidade de reforçar única e exclusivamente o projeto, relativo aos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, no valor total de 434.571,02 € (quatrocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e um euros e dois cêntimos).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 434.571,02 € (quatrocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e um euros e dois cêntimos), verificando-se um aumento das despesas correntes no valor de 86.914,20 € (oitenta e seis mil, novecentos e catorze euros e vinte cêntimos), por contrapartida de um decréscimo de igual montante ao nível das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

Quadro Síntese

	Inscrições/ Reforços	Diminuições / Anulações
Total de Despesas Correntes	86.914,20	0,00
Total de Despesas Capital	347.656,82	434.571,02
Total Geral	434.571,02	434.571,02

(un: euros)”

(Aprovado por maioria)

REGULAMENTO

**REGULAMENTO PARA CARGOS DE
DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU**

Novo Regulamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau do Município de Odivelas, o qual contempla as seguintes alterações, relativamente ao anterior Regulamento aprovado na 10.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Odivelas de 2012 e na 19.ª reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas de 2012 (Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 23/2012, de 11 de dezembro, pág. 8 e Boletim Edição Especial n.º 1, de 19 de dezembro, pág. 11, respetivamente), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/4113, de 2016.04.26:

- Preâmbulo, artigos 5.º e 6.º - referência à legislação entretanto publicada;
- Do artigo 3.º ao artigo 5.º - utilização de linguagem inclusiva;
- Artigo 4.º - eliminação da alínea c), passando a anterior alínea d) a c);
- Artigo 7.º - entrada em vigor no dia útil seguinte à sua publicitação no Boletim Municipal.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

PROCEDIMENTO CONCURSAL

CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU

Abertura do procedimento concursal para cargos de Direção Intermédia de 2.º grau - Coordenador de Gabinete (nível equiparado a chefe de divisão) e Chefe de Divisão - de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/4722, de 2016.05.11.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal, para efeitos de designação do júri do recrutamento

(Aprovado por unanimidade)



ASSISTENTE OPERACIONAL

Abertura do procedimento concursal com vista à celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para ocupação de um posto de trabalho para a categoria de Assistente Operacional (Motorista), para o Setor de Transportes, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5010, de 2016.05.18.

(Aprovado por unanimidade)

CENTRO CULTURAL MALAPOSTA

CONTRATO DE CONCESSÃO DA GESTÃO E EXPLORAÇÃO

Concurso Público para a formação de Contrato de Concessão da Gestão e Exploração do Centro Cultural da Malaposta, nos seguintes termos, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5353, de 2016.05.24:

a) Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 31.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a abertura do Concurso Público para a Formação do Contrato de Concessão da Gestão e Exploração do Centro Cultural da Malaposta;

b) Aprovação das Peças do Procedimento (Programa de Concurso e Caderno de Encargos), conforme fixado no n.º 2 do artigo 40.º do CCP;

c) A nomeação do Júri, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º, para a condução do concurso, a quem competirá a realização de todas as operações do concurso, nos termos do artigo 69.º do CCP, constituído pelos seguintes membros:

Membros efetivos

-Helena Jardim (Presidente);
-Raquel Reis (que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos);
-Cláudia Cardoso.

Membros suplentes

Miguel Ferreira;
Marta Vieira.

Foram ainda propostas as seguintes alterações:

-no caderno de Encargos, a cláusula 11.ª, d), passa a ter a seguinte redação: “Proceder ao pagamento da apólice de seguro referente ao Centro Cultural da Malaposta”;

-no anexo C – Código de Exploração, no n.º 9, “Obrigações da Concedente, a alínea d) passa a ter a seguinte redação: “Proceder ao pagamento da apólice de seguro referente ao Centro Cultural da Malaposta”.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

REABILITAÇÃO URBANA

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Relatório de acompanhamento e avaliação da operação de reabilitação urbana da ARU (Área de Reabilitação Urbana) da Vertente Sul do Concelho de Odivelas, referente ao ano de 2015, que tem como entidade gestora o Município de Odivelas que, por determinação do RJRU (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana), deve elaborar anualmente o referido relatório, em anexo à informação n.º edoc/2016/26614, de 2016.05.16 e de acordo com a mesma, constante da folha 83 do Processo n.º 02/DGOU/DRRU/SRUAC/2016.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

(Aprovado por maioria)

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ACORDOS DE EXECUÇÃO E CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Atualização da percentagem de 1%, dos valores a transferir anualmente, para a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, no âmbito dos Acordos de Execução e Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia do Concelho de Odivelas, atualmente em vigor, (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 14 de 2015*, página 51 e anexo), para 2,75%, o que corresponde a um incremento de €434.571,02 (quatrocentos e trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e um euros e dois centímetros). A presente alteração deverá produzir efeitos a 1 de maio de 2016, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5211, de 20-05-2016,

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)



SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DE LOURES E ODIVELAS

INDEFERIMENTO DE RECLAMAÇÃO APRESENTADA À MINUTA DE CONTRATO DO LOTE 1 – CP 42500/DL/2015

No âmbito do concurso público CP 42500/DL/2015, para aquisição continuada de combustíveis a granel e aquisição de combustíveis através de cartão eletrónico de abastecimento, por lotes e em agrupamento de entidades adjudicantes, foi aprovada, na 8ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, a minuta de contrato referente a adjudicação do lote 1 à empresa HIDRAUVIANA — Hidráulicos e Acessórios, Lda., (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 8 de 2016*, página 11), da qual foi dado conhecimento à referida empresa, através da notificação enviada a 15/04/2016. A referida empresa veio, a 20 de abril de 2016, informar da não-aceitação da minuta de contrato.

Na sequência do deliberado pelo Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas - SIMAR, em 20 de maio de 2016, na sua 41ª Reunião Ordinária, foi remetido à Câmara Municipal de Odivelas, a Proposta 197/2016, através do ofício S/11597, de 20/05/2016, referente à decisão do indeferimento de reclamação apresentada à minuta de contrato do lote 1 - CP 42500/DL/2015, para aquisição continuada de combustíveis a granel e aquisição de combustíveis através de cartão eletrónico de abastecimento, por lotes e por agrupamento de entidades adjudicantes.

De acordo com o proposto na Informação Interno/2016/5329, de 2016-05-24 e conforme consta da proposta n.º 197/2016, do Conselho de Administração dos SIMAR, remetido através do ofício S/11597/2016, de 20-05-2016, propõe-se aprovar o indeferimento da reclamação apresentada pela empresa Hidrauviana, Lda., à minuta de Contrato do Lote 1, CP 42500/DL/2015.

(Aprovado por unanimidade)

DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PARA A EMPREITADA DE SUBSTITUIÇÃO DA CONDUTA ELEVATÓRIA AMOREIRA/ZB – CANEÇAS/ZB – CP22/2015

Na 12ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 17 de junho de 2015, foi deliberado, por unanimidade, a abertura do procedimento por concurso público para a empreitada denominada “Substituição da Conduta elevatória Amoreira/ZB – Caneças/ZB” (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 12 de 2015*, página 19). Foi remetida à Câmara Municipal de Odivelas, a proposta 206/2016, do Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de

Águas e Resíduos de Loures e Odivelas - SIMAR, através do ofício S/11597, de 20-05-2016, referente à necessária aprovação do relatório final do júri do concurso público para a referida empreitada, e propondo a adjudicação da empreitada à empresa Mafragua, Lda..

De acordo com o constante na Informação Interno/2016/5344, de 2016-05-24, é proposto:

1. A aprovação do Relatório Final do Júri do Concurso Público 22/2015;

2. A Adjudicação à empresa Mafragua, Lda. da empreitada de “substituição da conduta elevatória Amoreira/ZB – Caneças/ZB”, pelo preço de €374.376,01 (trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e setenta e seis euros e um cêntimos), nos termos do relatório do Júri do Concurso Público 22/2015.

(Aprovado por unanimidade)

ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PARA A TELEGESTÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DA ZONA NORTE (FASE 3) – CP 29/2015

Na 18ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 23 de setembro de 2015, foi deliberado, por unanimidade, a abertura do procedimento por concurso público para a empreitada denominada “Telegestão do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água da Zona Norte – 3ª Fase” (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 19 de 2015*, página 12). Foi remetida à Câmara Municipal de Odivelas a Proposta 205/2016, do Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas - SIMAR, através do ofício S/11597, de 20-05-2016, referente à necessária aprovação do relatório final do júri do concurso público para a referida empreitada, e propondo a adjudicação da empreitada à empresa Tecnilab Portugal, S.A.

De acordo com o constante na Informação Interno/2016/5354, de 2016-05-24, é proposto:

1. Aprovar o Relatório Final do Júri do Concurso Público 29/2015;

2. A Adjudicação à empresa Tecnilab Portugal, S.A. da empreitada de Telegestão do Sistema de Abastecimento e Distribuição de Água da Zona Norte – Fase 3, pelo preço de €749.750,00 (setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta euros), nos termos do relatório do Júri do Concurso Público 29/2015.

(Aprovado por unanimidade)



BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PARCERIAS A REALIZAR NO SETOR DE BIBLIOTECAS

Proposta de autorização prévia genérica para o desenvolvimento das parcerias a realizar no Setor de Bibliotecas com entidades externas. Esta proposta não acarreta custos diretos ao Município de Odivelas. À semelhança dos procedimentos habituais implica a cedência de espaço, divulgação (imagem gráfica, impressão de 5 cartazes, e divulgação através dos meios disponíveis no Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa), acolhimento e acompanhamento das atividades, nos termos e de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5134, de 2016-05-19.

“ (...)

O Setor de Bibliotecas é frequentemente contactado por particulares e entidades cujo âmbito de atuação profissional se relaciona com a promoção do livro e da leitura, que propõem criar parcerias no intuito de implementar as suas atividades culturais.

Sempre que aferida a qualidade das propostas apresentadas, as atividades têm sido postas em prática consistindo numa mais-valia para o enriquecimento da oferta cultural da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos, equipamentos que ao longo dos anos se têm tornado espaços culturais de referência do Concelho, que atraem não só a comunidade escolar mas também centenas de famílias.

Com benefícios evidentes para as partes envolvidas, a criação destas parcerias permite igualmente cumprir o disposto no Regulamento da Biblioteca Municipal e Pólos, (...)

Não obstante o exposto no enquadramento, verificamos que o período indispensável ao processo administrativo - inerente ao tempo necessário para análise e elaboração da proposta, á respetiva submissão a Reunião de Câmara e á divulgação, tem-se revelado demasiado longo, inviabilizando, muitas vezes, a criação de novas parcerias e a concretização de propostas culturais muito válidas.

Visando ultrapassar este constrangimento, contraproducente á boa prossecução dos objetivos da BMD, e dar uma capacidade de resposta mais célere aos potenciais parceiros, propõe-se um diversificado leque de atividades das mais diversas naturezas artísticas, desde que relacionadas com o universo da promoção do livro e da leitura e garantas de qualidade cultural na Biblioteca.

Esta proposta não acarreta custos diretos ao Município de Odivelas, implicando, á semelhança dos procedimentos habituais, o seguinte: cedência de espaço, divulgação

(imagem gráfica, impressão de 5 cartazes, e divulgação através dos meios disponíveis no GCMA), acolhimento e acompanhamento das atividades.

Aos Parceiros culturais cabe a gestão e dinamização das atividades, que poderão ou não incluir a cobrança de inscrição, bem como contribuir para o enriquecimento do fundo documental da Biblioteca Municipal D. Dinis nos seguintes termos:

1. em atividades pagas, o valor da inscrição não pode exceder os €25 (vinte e cinco euros) por pessoa e o parceiro oferece livros novos à Biblioteca, editados no ano corrente ou no anterior, no valor de 10% do valor angariado;

2. em encontros literários, o parceiro oferece no mínimo um exemplar da obra, e no máximo três exemplares.

As atividades a desenvolver, nos termos do n.º 3, do artigo 3º do Regulamento da Biblioteca Municipal e Pólos, são similares aos lançamentos de livros e a feiras do livro, uma vez que se relacionarão com a promoção do livro e da leitura. Seja qual for o modelo ou formato da iniciativa, todas terão como ponto de partida um ou mais livros, que podem ser ou não da autoria de quem desenvolve o projeto.

Mais se informa que, em caso de aprovação do proposto, os serviços apresentarão um relatório trimestral da atividade desenvolvida pelo Setor de Bibliotecas, no âmbito da autorização genérica proposta, para levar ao conhecimento do Executivo Municipal. (...)” (*Informação n.º Interno/2016/5134, de 2016-05-19*)

(Aprovado por maioria)

SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

ACEITAÇÃO DE DOAÇÕES

Doações dos artistas David Levy Lima e Miguelevy ao Município de Odivelas, de pinturas suas, intituladas respetivamente, “Desbravando Letras”, com as dimensões de 100x100 cm, no valor de € 2.200,00 (dois mil e duzentos euros), e “O Jogo da Cabra Cega”, com as dimensões de 100x50 cm, no valor de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), a fim de as mesmas passarem a pertencer ao acervo municipal do Centro de Exposições de Odivelas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5009, de 2016.05.18.

(Aprovado por unanimidade)



CEDÊNCIA DE TRANSPORTE MUNICIPAL

Cedência de transporte municipal à Obra da Imaculada Conceição e Santo António (Obra Padre Abel), no âmbito do projeto “Educar para Crescer: A saúde não vai de férias”, com um custo total estimado €1008,20, para a realização de um conjunto de atividades de exterior - verão 2016, nos seguintes dias, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/5241, de 2016.05.23:

-dia 14 de julho, para deslocação a Monsanto;
-dias 25 a 27 de julho e 29 de julho, para deslocação à praia de Carcavelos;
-dia 1 de agosto, para deslocação a Monsanto;
-dias 22 a 26 de agosto, para deslocação à praia de Carcavelos.

(Aprovado por unanimidade)

PROCESSOS PARTICULARES

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 05/2007 PARA OS LOTES 218 E 219 DO BAIRRO SOL NASCENTE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES PROCESSO N.º 45625/RC

Alteração ao alvará de Loteamento n.º 5/2007, para os Lotes 218 e 219, inseridos no Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, em nome Arão Lester de Estima Beny, de acordo com o proposto na informação constante a folhas 6080, do processo n.º 45625/RC, de 2016-05-20. A presente proposta de alteração ao alvará de loteamento compreende a junção dos lotes 218 e 219, propondo no novo lote (218), uma moradia unifamiliar com áreas de implantação, construção e polígono de implantação anteriormente previstos para os lotes 218 e 219, nos termos da informação técnica n.º 68/RD/DRRU/DGOU/16, de 2016-05-16, com a seguinte alteração: no quadro constante no ponto 4.5.3., da informação, no que se refere à densidade habitacional os valores do alvará e da alteração proposta estão trocados.

Quadro comparativo

Descrição	Alvará de loteamento		Proposta alteração
	Lote 218	Lote 219	Lote 218
Área lote	284,00 m ²	284,00 m ²	568,00 m²
Área implantação	114,00 m ²	114,00 m ²	228,00 m²
Área construção	228,00 m ²	228,00 m ²	456,00 m²
Número fogos	1	1	1
Número ocupações	0	0	0
Pisos	2	2	2

Os valores alterados foram representados a negrito.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 40/PRES/2016

Assunto: Designação de Oficial Público em regime de substituição.

No exercício das minhas competências próprias, em conformidade com a alínea b), do n.º 2, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designo a licenciada em Direito, **Dra. Ana Cristina das Neves Mousinho**, Oficial Público do Município de Odivelas, em substituição da Dra. Lina Maria Palma do Nascimento, a qual passará, nas faltas e impedimentos desta, a lavrar todos os contratos em que a lei não preveja expressamente a celebração de escritura.

O despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 02 de Junho 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

VEREAÇÃO

DESPACHO N.º 01/VMLV/2016

Assunto: SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ADJUNTO DO GABINETE DE APOIO À VEREADORA MÓNICA VILARINHO, FRANCISCO JOSÉ LOURENÇO DA SILVA BAPTISTA

Tendo em consideração o abrigo do n.º 6 do artigo 42.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais e atento o disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro, pelo presente despacho subdelego no **Sr. Adjunto Francisco José Lourenço da Silva Baptista**, o exercício das competências abaixo



indicadas, que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente, conforme Despacho n.º 108/PRES/2015, de 27 de Outubro de 2015, durante o meu período de férias, de 6 a 9 de junho de 2016, nos seguintes termos e limites:

1. A prática dos atos de administração ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob a minha superintendência.

Odivelas, 3 de junho de 2016

A Vereadora

No uso da competência que me foi subdelegada e delegada pela Sr.ª Presidente da CMO, através do Despacho n.º 108/PRES/2015, de 27 de Outubro de 2015

(Mónica Vilarinho)

OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 02/GCMA/2016

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa

Nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, subdelego, no período de **3 a 9 de junho de 2016**, na Técnico Superior **Célia de Jesus Calado Passinhas**, a assinatura de correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa.

Odivelas, 30 de Maio de 2016

A Coordenadora do Gabinete
de Comunicação e Modernização Administrativa

(Angelina Pereira)

DESPACHO N.º 6/DGOU/2016

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito do Setor de Reconversão Urbana de Áreas Críticas

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e o Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, diploma que aplica à Administração Local a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redação em vigor, conjugado com o artigo 46.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, **subdelego** no Eng. Luis Manuel Bento, durante o período compreendido entre os dias 06 e 13 de junho de 2016, por ausência (férias) do respetivo Coordenador, a assinatura da correspondência e expediente necessários à instrução dos processos no âmbito do Setor de Reconversão Urbana de Áreas Críticas.

Odivelas, 1 de junho de 2016

O Diretor do Departamento de
Gestão e Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do Despacho 15/VPCT/2015,

António de Sousa, Arq.º

DESPACHO N.º 01/SMPC/2016

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência e expediente, no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil, no Eng. Fernando Manuel Rebelo Luis Moraes

Nos termos do artigo 16.º, n.º 3 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo e ao abrigo do disposto no Despacho da Sr.ª Presidente da CMO, de Designação do signatário como Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil, nível equiparado a Chefe de Divisão, n.º 121/PRES/2013, de 23 de outubro, pelo presente Despacho **delego**, no período de 3 a 9 de junho de 2016, **no Assistente Técnico (em mobilidade intercarreiras) do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, Eng. Fernando Manuel Rebelo Luis Moraes, a competência** abaixo discriminada que será exercida no âmbito da respetiva subunidade orgânica:

1 Assinatura da correspondência ou do expediente necessário à mera instrução de processos.

A competência agora delegada poderá ser revogada a todo o tempo, desde que as circunstâncias o justifiquem e, bem



assim, poderão ser revogados quaisquer atos praticados pela delegada.

Poderá ainda o delegante, independentemente da revogação do presente despacho, avocar qualquer processo ou assunto, devendo, neste caso, a delegada abster-se da prática de quaisquer ações ou iniciativas que, por qualquer forma, sejam suscetíveis de alterar a situação existente, enquanto o processo ou assunto não lhe for devolvido.

Do exercício da competência delegada, deverá a delegada prestar ao delegante todas as informações solicitadas independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 2 de junho de 2016

Por Nomeação da Presidente Susana de Carvalho Amador,
através do Despacho n.º 121/PRES/2013, de 23 de outubro,

O Coordenador do SMPC

Luís Gomes da Costa

EDITAIS

EDITAL N.º 47/PRES/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 4/2007
Bairro Quinta da Fonte –
União das Freguesias de Odivelas

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2007 do Bairro Quinta da Fonte para o lote 3, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo. O processo de loteamento n.º 3015/LO encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 12 de abril de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

EDITAL N.º 51/PRES/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS
Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/99
Bairro Casalinho da Azenha –
União das Freguesias de Pontinha e Famões

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto no artigo 27.º n.º 3 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e no artigo 15.º-A do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização na sua redação atual, torna público que para efeitos da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/99 do Bairro Casalinho da Azenha para os lote 34, consideram-se notificados os proprietários de lotes, edifícios ou frações autónomas localizados na área do alvará de loteamento para se pronunciarem, por escrito, sobre a alteração pretendida, no prazo de 10 dias úteis, podendo, dentro do mesmo prazo, consultar o processo.

O processo de loteamento n.º 48067/RC encontrar-se-á disponível para consulta pelos interessados no Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico durante o prazo de afixação. O prazo de afixação é de 10 dias úteis.

Odivelas, 27 de abril de 2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



AVISOS

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 5/89 – B.º Casal da Silveira – Pontinha/Famões

18.º ADITAMENTO

Paulo César Teixeira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odiveelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odiveelas datada de 2 de dezembro de 2015, onde foi deliberada por maioria a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 5/89, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Envelhecer Sorrindo – Residência Sénior de Famões Lda..

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo que se constitui um extrato exclusivamente para o lote 669.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos parâmetros urbanísticos do lote:

Alvará 5/89							Pretensão						
Lote	Área Lote	Área Impl.	Área Cons.	situação	pisos	fogos	Área Lote	Área Impl.	Área Cons.	situação	pisos	fogos	A.E.
669	318m²	120m	240m²	Vago	2	1	318m²	140m²	375m²	Existente	3	0	1

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Aos parâmetros do Loteamento:

	Alvará 5/89	Proposto	PDM em vigor
Área de intervenção total	405.139,78m²	405.139,78m²	---
Área de Total de Construção	234.069,60m²	234.204,60m²	238.703,94m²
Índice de Utilização Máximo	0,58	0,58	0,59
Área de Total de Ocupação	106.655,60m²	106.675,60m²	151.711,36m²
Índice de Ocupação Máximo	0,26	0,26	0,37
N.º de Pisos	2	3	4

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos ou espaços verdes de utilização pública, uma vez que as mesmas se encontram asseguradas no alvará de loteamento.

As necessidades de estacionamento público encontram-se asseguradas e no âmbito das operações urbanísticas para o lote 669 deverão ser garantidos os lugares de estacionamento privado de acordo com o regulamento do bairro, devendo também ser cumprido o disposto no art.º 101.º do RMEU.

Paços do Concelho, 3 de maio de 2016

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
(Despacho n.º 34/PRES/2016)

(Paulo César Teixeira)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 4/2009 – B.º Casal das Queimadas à Quinta das Dálias – Pontinha/Famões

6.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 22 de abril de 2015, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 4/2009, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de João Aleixo Saraiva e Outros.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Aos parâmetros urbanísticos do lote:

Lote	Área		Implantação		Construção		Finalidade				Fogos		Pisos	
	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.	Habitação		Act. Econ.		Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.
							Aprov.	Prop.	Aprov.	Prop.				
20B	139,00	139,00	70,00	110,00	140,00	265,00	140,00	265,00	0	0	1	2	2	3
26	300,00	300,00	100,50	201,50	201,00	301,50	201,00	301,50	0	0	2	2	2	2
28	300,00	600,00	105,00	143,00	210,00	272,00	210,00	272,00	0	0	2	2	2	2
29	300,00	0,00	100,00	0,00	200,00	0,00	200,00	0,00	0	0	1	0	2	0
89	275,00	275,00	100,00	131,00	200,00	373,00	200,00	373,00	0	0	2	3	3	2

Os valores alterados foram representados a negrito.

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetadas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Outras disposições:

Pelo presente aditamento são anulados os ónus definidos no projeto de reconversão para os lotes 20B, 26 e 28.

O lote 29 é eliminado sendo a sua área integrada no lote 28.

A viabilização das áreas de ocupação e construção previstas neste aditamento, bem como a anulação dos ónus, não invalida que, no âmbito da legalização das edificações existentes nos lotes objeto da alteração, se dê cumprimento às normas regulamentares e legais aplicáveis, designadamente, as relativas ao enquadramento e inserção urbanística, salubridade, iluminação e ventilação definidas no RGEU e Lei n.º 91/95, de 02-09, com a atual redação, bem como as específicas dos usos propostos, sobretudo, em matéria de segurança contra riscos de incêndio, acessibilidades e estacionamento.

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofreram qualquer alteração.

Paços do Concelho, 9 de maio de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 7/2001 – B.º dos Pedernais – Ramada/Caneças

8.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 22 de abril de 2015, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 7/2001, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de João Araújo Fernandes.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Parâmetros urbanísticos do lote:

	Alvará loteamento	Alteração Proposta
<i>Lote</i>	B 2	B 2
<i>Área lote</i>	739,70 m ²	739,70 m ²
<i>Área implantação</i>	158,60 m ²	266,00 m²
<i>Área construção</i>	317,20 m ²	397,00 m²
<i>Número ocupações</i>	--	--
<i>Pisos</i>	2P+CV	2P+CV
<i>Fogos</i>	1	3

Os valores alterados foram representados a negrito

1.2. Parâmetros do Loteamento:

	Alvará loteamento	Alteração Proposta
<i>Área intervenção</i>	235.555,35 m ²	235.555,35 m ²
<i>Área total de lotes</i>	173.507,90 m ²	173.507,90 m ²
<i>Número total de lotes</i>	438	438
<i>Número total de fogos</i>	764	766
<i>Número total de ocupações</i>	93	93
<i>Número de pisos máximo</i>	3P+CV	3P+CV
<i>Densidade habitacional</i>	32,4 fogos/ha	32,5 fogos/ha
<i>Densidade populacional</i>	113,2 ha/ha	113,2 ha/ha
<i>Área de construção</i>	128.267,60 m ²	128.347,40 m²
<i>Índice de construção</i>	0,54	0,54
<i>Volume total de construção</i>	376.376,63 m ³	376.616,03 m³
<i>Índice volumétrico bruto</i>	1,60	1,60
<i>Área total de implantação</i>	60.425,00 m ²	60.532,40 m²
<i>Índice de implantação bruto</i>	0,26	0,26
<i>Áreas para equipamento – Parcela B/C/D</i>	3.188,60 m ²	3.188,60 m ²
<i>Áreas para zonas verdes – logradouros</i>	99.693,50 m ²	99.639,80 m²
<i>Parcelas E/F/G/J</i>	5.669,00 m ²	5.669,00 m ²
<i>Total</i>	105.362,50 m ²	105.308,80 m ²

Os valores alterados foram representados a negrito



2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

De acordo com o previsto no art.º 6º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação em vigor, pela falta de áreas de cedência para equipamentos de utilização coletiva, foi aceite a compensação em numerário nos termos previstos no art.º 44º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação em vigor, para os espaços verdes e de utilização coletiva, foram contabilizadas as áreas de natureza privada, designadamente as áreas afetas aos logradouros de lotes privados, até 50% da área livre permeável, com o mínimo de 25 m², nos termos do art.º 99º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização. No âmbito da legalização das edificações, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o disposto no art.º 101.º do RMEU, devendo também ser cumprido o regulamento do loteamento.

Paços do Concelho, 10 de maio de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 1/2000 – B.º Granjas Novas – Ramada/Caneças

8.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 1.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 13 de janeiro de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de B.S.L. Build Sand & Land, Sociedade Imobiliária, S. A..

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Parâmetros urbanísticos dos lotes:

N.º Lote	Área do Lote		Índice de Utilização (construção)		Área de construção (superfície de pavimento)		N.º máximo de pisos		N.º de Fogos		Utilização (Uso)	
	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>
222	443,20	443,20	0,40	0,60	177,28	265,92	2	2	1	1	habitação	habitação
223	434,90	434,90	0,40	0,60	173,96	260,94	2	2	1	1	habitação	habitação
224	486,50	486,50	0,40	0,60	194,60	291,90	2	2	1	1	habitação	habitação

Os valores alterados foram representados a negrito

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos, espaços verdes de utilização pública e estacionamentos.

3. Outras Condições

A viabilidade de construção de pisos em cave nos lotes abrangidos pelo presente aditamento fica condicionada ao cumprimento do artigo.º 87.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização, devendo-se ter em atenção também o disposto no artigo.º 88.º do mesmo regulamento relativamente aos desaterros necessários para esse efeito.

A norma do regulamento do alvará de loteamento, prevista na alínea a) do n.º 7 do artigo.º 7 que estipula um índice de utilização de 0,40 para os lotes com função habitacional - não se aplicará aos lotes abrangidos pelo presente aditamento, que poderão ter um índice de utilização de 0,60.



Paços do Concelho, 12 de maio de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)

AVISO

Alvará de Loteamento n.º 1/2000 – B.º Granjas Novas – Ramada/Caneças

9.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 5.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 9 de março de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 1/2000, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de António Luís Silva Sanches.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Parâmetros urbanísticos dos lotes:

N.º Lote	Área do Lote		Índice de Utilização (construção)		Área de construção (superfície de pavimento)		N.º máximo de pisos		N.º de Fogos		Utilização (Uso)	
	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>	existente	<i>proposto</i>
58	387,20	727,70	0,4	0,4	154,90	291,10	2	2+CV	1	1	habitação	habitação
59	340,50	0,00	0,4	0	136,20	0,00	2	0	1	0	habitação	—
61	415,50	415,50	0,4	0,6	166,20	249,30	0	2+cv	1	1	habitação	habitação

Os valores alterados foram representados a negrito

2. Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos, espaços verdes de utilização pública e estacionamento.

3. Outras Condições

Pelo presente aditamento procede-se à unificação dos lotes 58 e 59, dando origem a um único lote designado por 58. A viabilidade de construção de pisos em cave nos lotes abrangidos pelo presente aditamento fica condicionada ao cumprimento do artigo.º 87.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização, devendo-se ter em atenção também o disposto no artigo.º 88.º do mesmo regulamento relativamente aos desaterros necessários para esse efeito.

A norma do regulamento do alvará de loteamento, prevista na alínea a) do n.º 7 do artigo.º 7.º que estipula um índice de utilização de 0,40 para os lotes com função habitacional - não se aplicará ao lote 61 abrangido pelo presente aditamento, que poderá ter um índice de utilização de 0,60.

Paços do Concelho, 12 de maio de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



AVISO

Alvará de Loteamento n.º 8/2002 – B.º Novo das Queimadas – Pontinha/Famões

1.º ADITAMENTO

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e 78.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, fundamentando-se nas deliberações tomadas em sede da 1.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas datada de 13 de janeiro de 2016, onde foi deliberada por unanimidade a aprovação da alteração ao alvará de loteamento n.º 8/2002, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento identificado em epígrafe em nome de Manuel Veríssimo Martinho da Silva.

As alterações às especificações do mencionado alvará constam da Planta de Síntese em anexo.

1. Parâmetros urbanísticos alterados

1.1. Parâmetros urbanísticos do lote:

Lote	ALVARÁ LOTEAMENTO						ALTERAÇÃO PROPOSTA					
	A.Lote	A.I.	A.H.	N.º P	Fogos	A. Anexos	A.Lote	A.I.	A.C.	N.º P	Fogos	A. Anexos
89	605,87	94,74	189,48	2	2	30,00	605,87	120,00	250,00	2	2	40,00

Os valores alterados foram representados a negrito.

1.2. Parâmetros do Loteamento:

	ALVARÁ LOTEAMENTO	ALTERAÇÃO PROPOSTA
Área de intervenção	64.421,00 m²	64.421,00 m²
Área total de Lotes	47.561,65 m²	47.561,65 m²
Área de implantação	13.776,75 m²	13.802,01 m²
Área de construção	29.752,53 m²	29.813,05 m²
Área de cedência (equipamento)	3.783,56 m²	3.783,56 m²
Área total integrar domínio público	13.075,79 m²	13.075,79 m²
Área de arruamentos	12.973,07 m²	12.973,07 m²
Índice de ocupação	0,21	0,21
Índice de construção	0,46	0,46
Densidade habitacional	27,00	27,00
N.º total de lotes	123	123
N.º total de fogos	174	174
Fogos existentes	125	125
Fogos propostos	49	49
Comércios	9	9

Os valores alterados foram representados a negrito.

2.-Cedências ao Domínio Público e Estacionamento

Não se verifica a necessidade de cedência de área para equipamentos, espaços verdes de utilização pública e estacionamento.

Paços do Concelho, 13 de maio de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hugo Martins)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Isabel Cosme Gomes, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 111/PRES/2015, de 27 de outubro de 2015, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de maio de 2016, nos termos da informação n.º Interno/2016/5580, de 2016.05.31:

Divisão de Habitação

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2016/13427

Interno/2016/2450 de 2016/03/04

Assunto: Parque Municipal – Urb. Arroja – Maria Fátima Rodrigues, titular do arrendamento do fogo T2 sito na Rua Dr. Elysio Moura, n.º 6 – 3º Esq., Urbanização da Arroja, Odivelas – Proposta de regularização de renda

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos o acordo ao novo plano de regularização de dívida de rendas em atraso e comunique-se ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/09

Setor de Estudos Planeamento e Controle (SEPC)

EDOC/2016/25635

Interno/2016/4767 de 2016/05/11

Assunto: Aquisição de serviços – “Workshop de Alimentação Saudável/Económica”

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Ao DJGFP/DFA para efeitos de desenvolvimento de procedimento de aquisição de “Workshop de Alimentação Saudável”, pelo valor estimado de 450 €, isento de IVA, nos termos propostos nas etapas 1 e 5. Autorizo, conforme proposto, o cabimento e compromisso, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06.”

Data da decisão: 2016/05/16

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2014/62710

Interno/2016/3414 de 2016/04/06

Assunto: Notificação do sentido de decisão final – Resolução do contrato de arrendamento do locado sito na Rua Elysio Moura, n.º 4 – 2º Dtº, em Odivelas – Audiência dos Interessados

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face à fundamentação jurídica e social apresentada. Segue edital assinado. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2016/05/16

EDOC/2015/4056

Interno/2016/3259 de 2016/04/01

Assunto: Atualização de renda – Nome: Raquel Alexandra Pina Amorim – Morada: Rua Rainha Santa Isabel, n.º 2 – 3º Esq. – Famões

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Oficie-se nos termos propostos a denúncia de Contrato de Arrendamento com Maria de Jesus do Carmo Jesus, bem como o novo valor da renda e comunique-se ao DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Maria de Jesus do Carmo Jesus e de Jéssica Filipa do Carmo Jesus e à inclusão de Luciana Alexandra Pina Amorim. Promova-se regularização da situação contratual com Raquel Jesus Pina Amorim.”

Data da decisão: 2016/05/12

EDOC/2015/4099

Interno/2016/4108 de 2016/04/26

Assunto: Atualização de renda – Nome: Anabela de Jesus Naia – Morada: Praceta 25 de Agosto, n.º 4 – 2º Esq.-. – Famões

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o informado e proposto. Oficie-se a arrendatária do novo valor da renda, com efeitos a Junho, e comunique-se ao DJGFP/DFA. Importante: solicite-se o melhor acompanhamento para esta situação relativamente à situação social descrita, também de forma a evitar o acumular de dívida.

Data da decisão: 2016/05/16

EDOC/2015/4279

Interno/2016/4055 de 2016/04/22

Assunto: Atualização de renda – Nome: Elisabete Timóteo dos Santos – Morada: Rua José António de Carvalho, n.º 13 – 3º Esq. – Famões

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Marisa Alexandra Santos Ambrósio Ribeiro, Bruno Miguel Santos Ambrósio e Cármen Patrícia Santos Ambrósio.”

Data da decisão: 2016/05/16

EDOC/2015/4368

Interno/2016/4041 de 2016/04/21

Assunto: Atualização de renda – Nome: Ana Maria Silva – Morada: Bairro Olival do Pancas, Lote 51 – 2º A – Olival do Pancas - Pontinha

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Augusta Silva Lima e de Nuno Álvaro Silva Lima.”

Data da decisão: 2016/05/16

EDOC/2015/4409

Interno/2016/4211 de 2016/04/28

Assunto: Atualização de renda – Nome: Donzelina de Jesus Dias – Morada: Bairro Olival do Pancas – Lote 52 – 1º B – Olival do Pancas - Pontinha

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA.

Data da decisão: 2016/05/16

EDOC/2015/4411

Interno/2016/4545 de 2016/05/06

Assunto: Atualização de renda – Nome: Ana Teresa Cardoso Pinto – Morada: Bairro Olival do Pancas – Lote 52 – 1º C – Olival do Pancas - Pontinha



Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado. Oficie-se nos termos propostos e comunique-se ao DJGFP/DFA. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Paulo Cardoso Pinto Elias e de Fátima Alexandra Cardoso Pinto Elias.”

Data da decisão: 2016/05/16

EDOC/2015/4489

Interno/2016/3061 de 2016/03/22

Assunto: Atualização de renda – Nome: António Sami – Morada: Rua Pero Vaz de Caminha, n.º 6 – 3º A - Pontinha

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, nos termos do informado e proposto. Oficie-se o arrendatário. Proceda-se à exclusão do agregado familiar de Natália Santos Miranda Almeida e de Isamara Tavares. Solicita-se o melhor acompanhamento para esta situação no que concerne ao pagamento atempado da renda.”

Data da decisão: 2016/05/09

EDOC/2015/7296

Interno/2016/3708 de 2016/04/13

Assunto: Regularização contratual – Nome: Carlos Jorge Abreu da Silva – Morada: Rua Carlos Reis, n.º 1 – R/C Esq. - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo, face ao informado e proposto. Oficie-se nos termos propostos a regularização contratual com Carlos Jorge Abreu da Silva bem como o valor da renda e comunique-se ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/09

EDOC/2015/38156

Interno/2016/4226 de 2016/04/28

Assunto: Notificação por edital de António José Gonçalves, Praceta dos Cravos, 3, R/C Dtº - Arroja, em Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo. Seguem ofício e edital assinados. À Divisão de Habitação, para tramitação subsequente.”

Data da decisão: 2016/05/12

EDOC/2015/61558

Interno/2016/4706 de 2016/05/11

Assunto: Oposição à renovação do Arrendamento Prohabita – Acordo 328 (III Fase) – Rua Vasco Santana, 8, 2º Dtº, Ramada – Rui Martins Moreira

Decisão da Sra. Vereadora: “Ao Sr. Presidente da CMO, com proposta de assinatura de ofício anexo, dirigido ao IHRU, com informação da exclusão do agregado familiar de Mónica Sofia Cruz do Programa PROHABITA, no âmbito do realojamento do agregado familiar no fogo municipal T3, sito na Rua Tomás da Anunciação, n.º 25, C/V Esq, em Odivelas. A presente diligência permite a diminuição de um encargo mensal para a CMO de 500 € (6 000 € anualmente). (Após despacho deve o processo ser enviado à DFA para conhecimento)”

Data da decisão: 2016/05/30

EDOC/2016/15556

Interno/2016/2798 de 2016/03/15

Assunto: Denúncia do Arrendamento Prohabita – Acordo 328 (III fase) – Praceta Manuela Porto, 2, 3º Dt., Arroja – Silviurbana na qualidade de representantes de Liberato José dos Santos e Maria da Conceição Santos

Decisão da Sra. Vereadora: “À consideração do Sr. Presidente da CMO com proposta de assinatura dos ofícios anexos, destinados ao IHRU e proprietário da fração, para efeitos de informação sobre a exclusão do PROHABITA do agregado familiar de Maria Dulce Correia Cabral por realojamento no parque habitacional municipal, com efeitos na cessação do contrato de

arrendamento a 30 de setembro do corrente ano. A presente diligência consequentemente traduz a diminuição de um encargo mensal para a CMO de 388,30 €.”

Data da decisão: 2016/05/12

EDOC/2016/19926

Interno/2016/4339 de 2016/05/02

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 25, Rua Tomás da Anunciação, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 240,00€ (duzentos e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 6, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/11

EDOC/2016/23680

Interno/2016/4134 de 2016/04/26

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 46, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 300,00€ (trezentos euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/12

EDOC/2016/23894

Interno/2016/4169 de 2016/04/27

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 54, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 827,51 € (oitocentos e vinte e sete euros e cinquenta e um cêntimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/11

EDOC/2016/23930

Interno/2016/4176 de 2016/04/27

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Rua Carlos Reis, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 236,53€ (duzentos e trinta e seis euros e cinquenta e três cêntimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/12

EDOC/2016/23947

Interno/2016/4177 de 2016/04/27

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 2, Praceta Grão Vasco, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 158,53€ (cento e cinquenta e oito euros e cinquenta e três cêntimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do



cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/12

EDOC/2016/23957

Interno/2016/4179 de 2016/04/27

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Praceta Grão Vasco, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 338,02€ (trezentos e trinta e oito euros e dois centímetros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/12

EDOC/2016/23967

Interno/2016/4181 de 2016/04/27

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua José Régio, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 338,02 € (trezentos e trinta e oito euros e dois centímetros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/12

EDOC/2016/24356

Interno/2016/4240 de 2016/04/29

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua António Aleixo, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 840,00€ (oitocentos e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/11

EDOC/2016/25035

Interno/2016/4383 de 2016/05/03

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 27, Rua Serpa Pinto, Odivelas - Pagamento de Quota Extraordinária 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 821,12€ (oitocentos e vinte e um euros e doze centímetros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/11

EDOC/2016/26732

Interno/2016/4941 de 2016/05/17

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo PROHABITA I – Acordo 328 sito na Rua Laura Aires, 8, 10 B - Arroja – Akil Ossman

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 5,40 € (cinco euros e quarenta centímetros), diferença anual correspondente à atualização do valor de renda de 1 fogo, no âmbito do PROHABITA I, com início em julho 2016, devendo para o

efeito ser utilizada a seguinte classificação: PAM 2016/A/105 - COE: 25.04/02.02.04, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/30

EDOC/2016/27042

Interno/2016/4764 de 2016/05/11

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 7, Rua José Régio, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 528,00 € (quinhentos e vinte e oito euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/19

EDOC/2016/27073

Interno/2016/4772 de 2016/05/11

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Rua José Régio, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 360,00 € (trezentos e sessenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/19

EDOC/2016/27088

Interno/2016/4780 de 2016/05/11

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua José Régio, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 192,00€ (cento e noventa e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/19

EDOC/2016/27161

Interno/2016/4793 de 2016/05/12

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 2, Praceta 25 de Agosto, Famões - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 792,00 € (setecentos e noventa e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/19

EDOC/2016/27172

Interno/2016/4793 de 2016/05/12

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Praceta 25 de Agosto, Famões - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 132,00€ (cento e trinta e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de



Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/19

EDOC/2016/27208

Interno/2016/4805 de 2016/05/12

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Praceta 25 de Agosto, Famões - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 1.050,00€ (mil e cinquenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/19

EDOC/2016/27237

Interno/2016/4812 de 2016/05/12

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Rainha Santa Isabel, Famões - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 264,00€ (duzentos e sessenta e quatro euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/19

EDOC/2016/27432

Interno/2016/4854 de 2016/05/13

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 11, Rua Vitorino Nemésio, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 381,00 € (trezentos e oitenta e um euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/24

EDOC/2016/27442

Interno/2016/4859 de 2016/05/13

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua Vitorino Nemésio, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 268,00 (duzentos e sessenta e oito euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/19

EDOC/2016/27455

Interno/2016/4862 de 2016/05/13

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 5, Rua Vitorino Nemésio, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 268,00 € (duzentos e sessenta e oito euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do

previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/23

EDOC/2016/27518

Interno/2016/4864 de 2016/05/13

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 7, Rua Vitorino Nemésio, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 260,00 € (duzentos e sessenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/24

EDOC/2016/27550

Interno/2016/4872 de 2016/05/13

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Vitorino Nemésio, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 120,00€ (cento e vinte euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/19

EDOC/2016/27576

Interno/2016/4877 de 2016/05/13

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Rua Vitorino Nemésio, Póvoa de Santo Adrião – Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 504,00€ (quinhentos e quatro euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/20

EDOC/2016/27675

Interno/2016/4827 de 2016/05/12

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 5, Rua Rainha Santa Isabel, Famões - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 375,00 € (trezentos e setenta e cinco euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/24

EDOC/2016/27809

Interno/2016/4903 de 2016/05/16

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 2, Rua Domingos António de Carvalho, Famões - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 396,00 € (trezentos e noventa e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do



previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

EDOC/2016/27843

Interno/2016/4906 de 2016/05/16

Assunto: Condomínio do Edifício nº 6, Rua Domingos António de Carvalho, Famões - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 480,00 € (quatrocentos e oitenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/23

EDOC/2016/27875

Interno/2016/4912 de 2016/05/16

Assunto: Condomínio do Edifício nº 13, Rua José António de Carvalho, Famões - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 576,00€ (quinhentos e setenta e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/23

EDOC/2016/27930

Interno/2016/4921 de 2016/05/16

Assunto: Condomínio do Edifício nº 6, Rua Pêro Vaz de Caminha, Pontinha - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 480,00 € (quatrocentos e oitenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/23

EDOC/2016/28191

Interno/2016/4964 de 2016/05/17

Assunto: Condomínio do Edifício nº 11, Rua Cristóvão da Gama, Pontinha - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 302,40€ (trezentos e dois euros e quarenta centimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/23

EDOC/2016/28213

Interno/2016/4976 de 2016/05/17

Assunto: Condomínio do Edifício nº 13, Praceta 1º de Dezembro, Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 210,00 € (duzentos e dez euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei

nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/23

EDOC/2016/28314

Interno/2016/5007 de 2016/05/18

Assunto: Condomínio do Edifício nº 4, Praceta Grão Vasco, Odívelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 260,00 € (duzentos e sessenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/24

EDOC/2016/28398

Interno/2016/5015 de 2016/05/18

Assunto: Condomínio do Edifício nº 4, Rua Helena Aragão, Odívelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 756,00€ (setecentos e cinquenta e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/24

EDOC/2016/28427

Interno/2016/4933 de 2016/05/16

Assunto: Condomínio do Edifício nº 3, Rua Cristóvão da Gama, Pontinha - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 365,52 € (trezentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e dois centimos), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/23

EDOC/2016/28465

Interno/2016/5026 de 2016/05/18

Assunto: Condomínio do Edifício nº 3, Rua Helena Aragão, Odívelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 612,00 € (seiscentos e doze euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei nº 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/24

EDOC/2016/28483

Interno/2016/5029 de 2016/05/18

Assunto: Condomínio do Edifício nº 2, Rua Helena Aragão, Odívelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 786,00 € (setecentos e oitenta e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do



previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/24

EDOC/2016/28520

Interno/2016/5033 de 2016/05/18

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Rua Helena Aragão, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 192,00 € (cento e noventa e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/24

EDOC/2016/28622

Interno/2016/5072 de 2016/05/19

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 6, Rua Bordalo Pinheiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 192,00 € (cento e noventa e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

EDOC/2016/28650

Interno/2016/5080 de 2016/05/19

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 8, Rua Bordalo Pinheiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 528,00€ (quinhentos e vinte e oito euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

EDOC/2016/28664

Interno/2016/5011 de 2016/05/18

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 5, Rua Helena Aragão, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 192,00 € (cento e noventa e dois euros) utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

EDOC/2016/28678

Interno/2016/5066 de 2016/05/19

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Rua Bordalo Pinheiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 132,00 € (cento e trinta e dois euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do

previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

EDOC/2016/28747

Interno/2016/5115 de 2016/05/19

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 12, Rua Bordalo Pinheiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 396,00 € (trezentos e noventa e seis euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

EDOC/2016/28755

Interno/2016/5130 de 2016/05/19

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Rua Carlos Reis, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 720,00€ (setecentos e vinte euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

EDOC/2016/28770

Interno/2016/5137 de 2016/05/19

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 17, Rua Tomás da Anunciação, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 384,00€ (trezentos e oitenta e quatro euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

EDOC/2016/28785

Interno/2016/5143 de 2016/05/19

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 13, Rua Alves Redol, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 145,88€ (cento e quarenta e cinco euros e oitenta e oito cêntimos) utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

EDOC/2016/28861

Interno/2016/5158 de 2016/05/20

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 10, Rua Aquilino Ribeiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 240,00€ (duzentos e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do



previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

EDOC/2016/28911

Interno/2016/5166 de 2016/05/20

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 4, Rua Dr. Teófilo Braga, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 240,00€ (duzentos e quarenta euros), utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

EDOC/2016/28976

Interno/2016/5178 de 2016/05/20

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 3, Rua Paiva Couceiro, Odivelas - Pagamento de Quotas 2016

Decisão da Sra. Vereadora: “Autorizo, conforme proposto, o cabimento, compromisso e pagamento do valor de 240,00€ (duzentos e quarenta euros) utilizando-se a classificação mencionada na etapa 4, à respetiva Administração de Condomínio, condicionado à verificação do cumprimento do previsto na Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA) e no Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21/06. Ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2016/05/31

Setor de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação (SPCRH)

Proc. n.º 12.03/06-2009

EDOC/2016/8891

Interno/2016/3976 de 2016/04/20

Assunto: Libertação de Caução – Rua Ferreira de Castro, 1 – C/V Dta. – Póvoa de Santo Adrião

Decisão da Sra. Vereadora: “Ao DJGFP/DFA para libertação da caução, do valor de 65,56 €, referente à empreitada de reabilitação do fogo sito na Rua Ferreira de Castro, 1 c/v Dta. - Póvoa de Santo Adrião.”

Data da decisão: 2016/05/16

Proc. n.º 12.03/09-2009

EDOC/2016/9224

Interno/2016/3972 de 2016/04/20

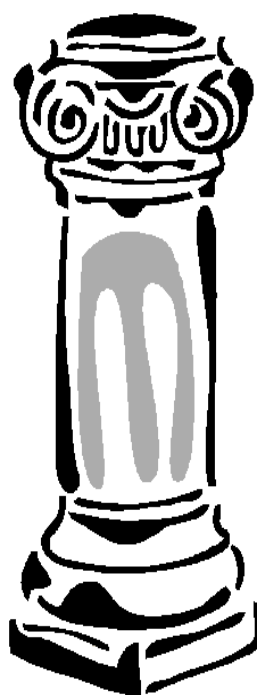
Assunto: Libertação de Caução – Rua Helena de Aragão, 4 – 1.º Dtº – Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “Ao DJGFP/DFA para libertação da caução, no valor de 141, 22 €, referente à empreitada de reabilitação do fogo sito na Rua Helena de Aragão, 4 - 1.º Dto. – Odivelas.”

Data da decisão: 2016/05/16



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1.º E 2.º GRAU

8.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 31 de maio de 2016

DELIBERAÇÕES

REGULAMENTO

“REGULAMENTO GERAL DE ALIENAÇÃO DE FOGOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS”

“Regulamento Geral de Alienação de Fogos Municipais do Município de Odivelas”. Regulamento que estabelece os princípios gerais e critérios específicos de alienação de imóveis do parque habitacional municipal. O início do procedimento e participação procedimental relativo ao regulamento foi aprovado na 1ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 13 de janeiro de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 1 de 26 de janeiro de 2016, página 9*). Não se tendo verificado a apresentação de qualquer proposta de interessado, ou contributo algum no âmbito do publicitado, através da afixação do Edital n.º 25/PRES/2016 de 2016-01-27, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/2581, de 2016-03-08, e seu anexo, aprovado na 6ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 23 de março de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 6 de 5 de abril de 2016, página 8*), remeteu o senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas o citado regulamento para aprovação da Assembleia Municipal de Odivelas, nos termos dos artigos 33º n.º 1, alínea K) e 25º n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

[“Regulamento Geral de Alienação de Fogos Municipais do Município de Odivelas” publicado em anexo]

(Aprovado por maioria)

PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

Abertura dos procedimentos concursais para os cargos de Direção Intermédia de 1.º grau (Diretor do Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente) e de 2.º grau (Coordenador do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa, nível equiparado a Chefe de Divisão), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/3808, de 2016-04-15, aprovada na 9ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 4 de maio de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 17 de maio de 2016, página 8*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto.

Procedimento Concursal para cargo dirigente

Designação do cargo: Diretor de Departamento.

Grau: Direção Intermédia de 1.º grau.

Unidade Orgânica: Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente.

Proposta de júri de recrutamento:

Presidente: Hernâni Silvino Vilela Boaventura.

Vogal efetivo: João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano.

Vogal efetivo: Luís Manuel da Conceição Jorge.

Vogal suplente: António Henrique Moreira de Sousa.

Vogal suplente: Maria Cristina Machado Mira Laureano Forte.

Procedimento Concursal para cargo dirigente

Designação do cargo: Coordenador de Gabinete, nível equiparado a Chefe de Divisão.

Grau: Direção Intermédia de 2.º grau.

Unidade Orgânica: Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa.

Proposta de júri de recrutamento:

Presidente: Hernâni Silvino Vilela Boaventura.

Vogal efetivo: João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano.



Vogal efetivo: Maria Cristina Machado Mira Laureano Forte.

Vogal suplente: Paula Susana do Nascimento Teixeira Gonçalves.

Vogal suplente: José António dos Remédios Janeiro.

(Aprovado por unanimidade)

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA

Autorização de despesa plurianual, tendo em vista a Aquisição de Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança, em Instalações de Administração Direta e Indireta do Município de Odivelas, para 11 meses, com início a 1 de agosto de 2016, no valor de €552.426,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e vinte e seis euros), ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/4086, de 2016-04-22, aprovada na 9ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 4 de maio de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 17 de maio de 2016, página 8*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por maioria)

SERVIÇOS DE LIMPEZA

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DE FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS

Autorização de despesa plurianual, tendo em vista a Aquisição de Prestação de Serviços de Limpeza e Fornecimento de Consumíveis de Higiene e Limpeza nas Instalações do Município de Odivelas, para 13 meses, com início a 1 de outubro de 2016, no valor de €756.900,00, (setecentos e cinquenta e seis mil e novecentos euros) ao qual acresce IVA à taxa legal aplicável, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/4089, de 2016-04-22, aprovada na 9ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 4 de maio de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 17 de maio de 2016, página 8*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

(Aprovado por maioria)

ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

PRORROGAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VERTENTE SUL E RESPECTIVO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA

Prorrogação da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul (ARU-VS) e respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana pelo período de 5 (cinco) anos, a partir da data em que deixar de vigorar o prazo de execução em curso, de acordo com o proposto na Informação n.º 11/GPE/EPRUAC/11, de 2016-05-02, aprovada na 10ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 18 de maio de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 10 de 31 de maio de 2016, página 16*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

«(...) A Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul (ARU-VS aprovada por instrumento Próprio e respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) entrou em vigor em 23 de dezembro de 2011, com publicação em Diário da República, 2.ª série - n.º 244 de dezembro de 2011, do Edital n.º 1261/2011 que publicou a sua aprovação na 2.ª Reunião da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Odivelas em 28 de novembro.

No âmbito do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana da Vertente Sul, a operação de reabilitação urbana estabeleceu um prazo de 5 anos que, de acordo o disposto no artigo 20.º do Decreto – Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto, é passível de prorrogação caso se venha a considerar ser necessário, após o aprofundar de conhecimentos resultantes do desenvolvimento da estratégia ou do plano estratégico de reabilitação urbana, da caracterização do existente, da compatibilização e integração com as opções de desenvolvimento do Concelho e com os instrumentos de gestão e planeamento em curso, designadamente o PU-VERSUL.

Estando ainda algumas operações programadas e decorrentes do PERU da ARU da Vertente Sul, ainda não executadas e afigurando-se a necessidade de inscrever outras operações no quadro de intervenções no espaço público, nomeadamente equipamentos, espaços públicos de recreio e lazer, de enquadramento paisagístico e ambiental e de qualificação de redes viárias e de mobilidade suave entre os bairros abrangidos pela delimitação de ARU e o restante tecido urbano do Concelho, o prazo inicialmente previsto demonstra-se insuficiente, pelo que se verifica a necessidade premente de prorrogar o horizonte temporal da ARU da Vertente



Sul por um prazo não inferior a 5 anos.(...)» (Informação n.º 11/GPE/EPRUAC/11, de 2016-05-02)

(Aprovado por unanimidade)

HABITAÇÃO

“PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DO CONCELHO DE ODIVELAS”

“Plano Local de Habitação do Concelho de Odivelas” documento que visa fixar os objetivos da política de habitação social do Município e traçar uma estratégia de intervenção nessa mesma área abrangendo a habitação nas suas várias vertentes, social, construtiva/reabilitação e financeira, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2016/3586, de 2016-04-11, aprovada na 9ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada em 4 de maio de 2016 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 9 de 17 de maio de 2016, página 9*), remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas à Assembleia Municipal de Odivelas.

“INTRODUÇÃO

A procura de habitação encetada pelas populações decorre de várias necessidades que, dependendo dos casos, vão desde as necessidades mais básicas (abrigo, proteção, territorialidade, apropriação) até às necessidades inerentes à concretização de determinados objetivos na vida (funcionalidade no dia-a-dia, inserção social, vida familiar, relacionamento comunitário, padrões de consumo, enraizamento identitário e cultural). Trata-se, aqui, de realçar o primado segundo o qual as populações, em grande parte, projetam na Habitação a satisfação de muitas das suas necessidades, anseios e aspirações, sendo, pois, a sua obtenção (da Habitação) o culminar de uma procura constante nas suas vidas.

As necessidades e as aspirações manifestadas na procura habitacional (por parte de indivíduos e/ou determinados segmentos populacionais) não são uniformes, pois, provêm de pessoas pertencentes a vários estratos socioeconómicos, a várias origens geográfico-culturais, a vários padrões estéticos e de consumo. Neste sentido, acabam por imprimir uma dinâmica evolutiva no quadro da procura habitacional. A “procura” não é una, porque as pessoas, nalguns casos, procuram pela primeira vez na vida uma habitação condigna, noutros casos, a atual habitação onde residem já não é satisfatória e cujo uso gerou novas insatisfações, procurando, por isso, uma habitação melhor ou melhoramentos/reparações na habitação onde residem. Por seu lado, a “oferta habitacional”, no âmbito da sua resposta às necessidades habitacionais (expressas individual e socialmente), ao ir

satisfazendo essas carências habitacionais, acaba também por promover novas motivações, novas necessidades, originando, assim, uma inovação constante na procura habitacional.

Resumindo, “*A oferta existe porque existe procura; a oferta, para subsistir tem que se adequar à procura e esta, para se satisfazer de uma forma expedita, tem muitas vezes que se adequar à oferta*”.¹

Esta relação entre a oferta e procura habitacionais desenrola-se, atualmente, num cenário caracterizado por profundas transformações no contexto social, político e financeiro da sociedade portuguesa (e europeia), pelo que tem feito emergir significativas mudanças sociais e culturais no seio das populações, com especial incidência nos segmentos populacionais mais carenciados, bem como tem alterado o papel do Estado relativamente à sua intervenção pública no setor habitacional no âmbito da resposta a dar a determinados grupos sociais.

Com efeito, no caso específico do apoio à população com dificuldades de acesso ao mercado de habitação, afigura-se necessário, na atual conjuntura, que as políticas de habitação tenham em atenção a diversidade de necessidades habitacionais (antigas e emergentes) das famílias e as suas novas dinâmicas, implementando medidas que confirmem uma harmonia na relação entre a oferta e a procura habitacionais, em articulação com as políticas sociais e de cidade.

A este respeito, o problema da Habitação e seu Planeamento afigura-se de grande relevância, uma vez que, cada vez mais, os municípios, no âmbito das suas práticas urbanísticas e políticas habitacionais, têm de seguir metodologias que combatam as carências habitacionais (quantitativas e qualitativas) e integrem a política de promoção do parque habitacional público na política urbanística e nos respetivos planos de gestão e ordenamento do território.

As reconhecidas limitações dos municípios quanto a recursos humanos, materiais e financeiros, reforçam ainda mais a necessidade das autarquias terem de dar “um passo em frente” nas relações entre Promotores, Administração Central (IHRU) e a Administração Local (Municípios), assumindo-se, nessa parceria, um envolvimento participado na hierarquização das necessidades habitacionais bem como na localização e identificação dos tipos de intervenção em matéria de habitação de promoção pública.

No âmbito da captação de recursos que vierem a ser obtidos através de parcerias com outras entidades e promotores habitacionais, o Município de Odivelas deverá empreender um “esforço de planeamento adicional”, sob a forma do seu Plano Local de Habitação (PLH), onde se

¹ CABRITA, António M. Reis, ‘O Homem e a Casa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil - Edições do CDIT, 1995.



fixarão, periodicamente, os objetivos da política de habitação social e se definirá localmente uma visão estratégica das intervenções nas áreas da habitação e da reabilitação urbana-habitacional.

Com efeito, no concelho de Odivelas, o facto de se estar perante um parque habitacional público muito diverso na forma de aglomerado habitacional, no tipo de promoção, nas patologias construtivas, urbanísticas e sociais, remete para a necessidade de se reforçar o planeamento habitacional, a sua gestão integrada e respetiva sustentabilidade financeira. (...) (*Plano Local de Habitação do Concelho de Odivelas*, Câmara Municipal de Odivelas, abril de 2016, p. 7 e 8)

(Aprovado por maioria)

ATAS

ATAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Presente para deliberação as seguintes atas da Assembleia Municipal de Odivelas:

Ata nº 14 de 2015, referente à 10ª Sessão Extraordinária, realizada em 29 de junho;

Ata nº 18 de 2015, referente à 4ª Sessão Ordinária, realizada em 24 de setembro;

Ata nº 21 de 2015, referente à 16ª Sessão Extraordinária, realizada em 5 de novembro;

Ata nº 22 de 2015, referente à 17ª Sessão Extraordinária, realizada em 17 de novembro;

Ata nº 23 de 2015, referente à 5ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de novembro;

Ata nº 24 de 2015, referente à 18ª Sessão Extraordinária, realizada em 10 de dezembro.

(Aprovadas por maioria)



ANEXO

REGULAMENTO GERAL DE ALIENAÇÃO DE FOGOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS



Regulamento Geral de Alienação de Fogos Municipais do Município de Odivelas



Regulamento Geral de Alienação de Fogos Municipais do Município de Odivelas

Preâmbulo

O direito à habitação é um dos princípios constitucionais fundamentais do cidadão, cabendo ao Estado a promoção e condução de políticas que garantam o acesso das famílias carenciadas a habitações compatíveis com o seu rendimento.

Considerando que as Autarquias Locais, enquanto órgãos de proximidade, assumem uma função preponderante no setor da habitação, o Município de Odivelas procurou desenvolver desde a sua constituição em 1998 (após um período inicial de levantamento e caracterização do parque habitacional), mecanismos de alienação da habitação municipal a famílias carenciadas como reconhecimento da sua capacidade de autonomia face à esfera protetora do Estado.

Foi neste contexto que o Município de Odivelas promoveu nos últimos anos a alienação de 168 habitações, suportado nas Normas Gerais de Alienação de Fogos Municipais, aprovadas na 21ª Reunião Ordinária da CMO de 5 novembro de 2003, política esta que permitiu a uma parcela significativa de residentes em habitações municipais a sua aquisição a preços reduzidos.

No entanto a fórmula de cálculo dos preços de venda das habitações e bem assim os critérios de acesso à aquisição de habitações municipais mostram-se desajustados em função do tempo entretanto decorrido e da experiência acumulada ao longo da última década.

Pelo que urge criar mecanismos mais exigentes de acesso à aquisição por forma a alcançar uma gestão mais justa e equilibrada das habitações, cuja quantidade e tipologias são necessariamente limitadas, e bem assim evitar a eventual especulação imobiliária.

Apresenta-se assim o presente Regulamento, que privilegia a alienação a agregados familiares que venham a utilizar os fogos como habitação própria e permanente e não como meios de investimento para retorno a médio prazo.

Artigo 1º

Lei Habilitante

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa e artigo 33º, nº 1, alínea k), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 2º

Âmbito e Objeto de Aplicação

1. O presente Regulamento estabelece os princípios gerais e critérios específicos de alienação de imóveis do parque habitacional municipal;



2. Consideram-se abrangidos pelo Regulamento, para efeitos do número anterior, os imóveis objeto de contrato de arrendamento apoiado, localizados em empreendimentos ou bairros de habitação social, bem como quaisquer outros imóveis desde que neles residam agregados realojados ao abrigo do referido regime de arrendamento;
3. Os imóveis que ainda não se encontrem constituídos em propriedade horizontal e os que se encontrem onerados são excluídos do âmbito do presente Regulamento até que se mostre constituída a propriedade horizontal ou extintos os respetivos ónus.
4. O Município de Odivelas reserva-se o direito de não alienar qualquer imóvel abrangido pelo presente Regulamento por razões de interesse público.

Artigo 3º

Início do procedimento

O procedimento de alienação será iniciado por impulso municipal ou a pedido dos interessados, seguido de comunicação do preço estimado e condições de venda remetida por via postal, desde que os interessados reúnam cumulativamente os requisitos descritos no artigo 5º;

Artigo 4º

Adquirentes

São elegíveis os membros de agregados realojados em fogos habitacionais municipais, pela seguinte ordem de preferência:

- a) Titular do Contrato de Arrendamento;
- b) A pedido do titular do arrendamento, o cônjuge ou quem com ele viva em regime de União de Facto, ou descendentes ou afins em linha reta, todos com residência efetiva no fogo há pelo menos 5 anos, sempre com reserva de usufruto vitalício a favor daquele e outros eventualmente indicados pelo mesmo;

Artigo 5º

Requisitos de acesso

A apreciação e concretização da alienação está sujeita ao preenchimento dos seguintes requisitos cumulativos:

- a) Contrato de arrendamento válido em vigor há pelo menos cinco anos;
- b) Inexistência de qualquer renda em atraso nos 12 meses que antecedem o processo de alienação, podendo o procedimento ser suspenso em caso de atraso em qualquer renda posterior ao início do mesmo;
- c) Qualquer um dos interessados não ser titular de alternativa habitacional ou de imóvel com aptidão edificativa em território nacional, devendo a prova ser feita pelo interessado;
- d) Residência em fogo de tipologia adequada ao seu agregado familiar;
- e) Inexistência de impedimento de ordem social consubstanciado em parecer técnico fundamentado;



Artigo 6º

Preço de venda

1. O preço de venda será determinado pela aplicação da seguinte fórmula que resulta dos artigos 38º a 46º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 12 de novembro, com a última alteração aprovada pela Lei n.º 82-D/2014, 31 de dezembro, conjugada com um Fator de Ocupação Habitacional:

$$PV = (Vc \times A \times Ca \times Cl \times Cq \times Cv) \times Fo$$

em que:

PV = Preço de Venda;

Vc = valor base dos prédios edificados;

A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação;

Ca = coeficiente de afetação;

Cl = coeficiente de localização

Cq = coeficiente de qualidade e conforto;

Cv = coeficiente de vetustez.

Fo = fator de ocupação habitacional

2. O Fator de Ocupação habitacional corresponde a uma redução em função do número total de anos de ocupação do fogo pelo adquirente, nos termos da tabela seguinte:

Anos de Ocupação	Fator de Ocupação
Entre 5 e 10 anos	0.85
Entre 11 e 15	0.80
Entre 16 e 20	0.75
Mais de 20	0.70

3. O Preço de venda é arredondado para a unidade de euro imediatamente superior.
4. O preço de venda manter-se-á inalterável desde a data da aprovação da alienação em reunião de câmara até ao limite máximo de seis meses após a data de disponibilização pelo Município ao interessado de toda a documentação necessária à formalização da dita alienação.

Artigo 7º

Processo de Venda

1. A alienação será realizada de forma direta aos interessados que preencham os requisitos descritos no artigo 5º e deverá sempre ser objeto de aprovação por parte da Câmara Municipal;
2. Em caso de aprovação será a respetiva deliberação comunicada ao interessado;



Artigo 8º

Ónus

1. As frações alienadas ficam sujeitas a um regime de inalienabilidade e de impossibilidade de oneração, arrendamento ou cedência a qualquer título, durante um período de dez anos subsequente à aquisição, sendo que tal regime cessa quando estejam em causa a execução de dívidas relacionadas com a sua compra e de que aquelas frações sejam garantia;
2. A Câmara Municipal pode autorizar a extinção dos ónus e condições constantes do número anterior, por motivos de força maior devidamente fundamentados e documentados;

Artigo 9º

Preferência

O Município de Odivelas goza do direito de preferência em todas as transmissões futuras dos fogos abrangidos pelo presente Regulamento, sujeito a registo, sendo o preço máximo de aquisição calculado nos termos do artigo 6º, com aplicação do fator de ocupação fixado à data da aquisição originária.

Artigo 10º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no quinto dia após a sua publicação em Diário da República.